



FUNDAMENTOS DA CIDADANIA PARA PROFESSORES FUNDAMENTAIS¹

José Vinicius Cabrioli²
Mira Antunes Diniz²
Bruna Nori Maniglia²
Rhasmye El Rafih²
Lucas Poianas Silva²
Laura da Cunha Varella²
Paulo Cesar Correa Borges²

Palavras-chave: Direitos humanos. Cidadania. Emancipação.

INTRODUÇÃO

O projeto “Fundamentos da Cidadania para Professores Fundamentais” é fruto do trabalho do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos (NETPDH) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Campus de Franca-SP, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da mesma faculdade, com a Diretoria Regional de Ensino de Franca-SP e com a Escola Estadual Lydia Rocha Alves, situada na periferia da cidade.

O referido Núcleo foi formado em 2009, sob coordenação do Prof. Dr. Paulo Cesar Correa Borges, docente e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNESP. Atualmente conta com o envolvimento de discentes da graduação e da pós-graduação, bem como de docentes do próprio campus e de outras instituições de ensino superior. Suas atuais linhas de pesquisa são: a) Educação em Direitos Humanos; b) Formas de Violação dos Direitos Humanos com repercussão jurídico-penal; c) O Direito à Defesa dos Direitos Humanos; d) O Sistema Penitenciário como Violência Institucional. Além disso, o NETPDH também é responsável por dois projetos de extensão no ano de 2012: o primeiro é realizado por discentes do curso de Direito junto a alunos do 6º ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de se construir uma concepção pré-violatória dos Direitos Humanos no ambiente escolar e, conseqüentemente, na comunidade; e o segundo, já mencionado acima, que será objeto da presente análise.

O projeto “Fundamentos da Cidadania para Professores Fundamentais” visa à capacitação de professores do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) da rede estadual de ensino por meio de oficinas periódicas realizadas na sede da escola Lydia Rocha Alves, a fim de incentivar uma reciclagem dos profissionais da área de educação através da discussão de temas relacionados à cidadania e aos direitos humanos, enquanto meios para a construção de uma sociedade que reflita na prática os ideais de justiça, igualdade, liberdade e fraternidade. Dentre os principais temas trabalhados pelos mediadores estão: democracia, racismo, homofobia, questão de gênero, preconceito, *bullying*, violência e discriminação.

As oficinas são ministradas mensalmente por alunos da pós-graduação do curso de Direito da UNESP e membros do NETDPH, que – depois de pesquisas bibliográficas e de

¹ Premiado em 1º lugar na área Direitos Humanos e Justiça, modalidade pôster. Correspondência: viniciuscabrioli@gmail.com

² Departamento de Direito Público, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, SP.



reuniões de discussão acerca do tema a ser trabalhado – definem a abordagem a ser dada, de modo que sempre se parta da realidade em que estão inseridos os destinatários do projeto, vez que se objetiva uma real aplicação prática das discussões que são estabelecidas quando da realização da oficina. Calcula-se que atualmente o projeto abranja diretamente cerca de 50 professores da rede estadual de ensino e indiretamente cerca de 600 alunos da escola que recebe o projeto de extensão. Isso se deve à qualidade de multiplicadores que os professores adquirem depois da apresentação do conteúdo abordado durante as oficinas, vez que em sala de aula poderão contribuir para a construção do ideal da educação em direitos humanos junto de seus alunos.

Além da participação dos pós-graduandos, o projeto conta com o auxílio de alunos da graduação do referido curso, destacando-se o fato de no ano de 2012 a Pró-Reitoria de Extensão da UNESP (PROEX) ter deferido duas bolsas para que graduandos atuassem na preparação das oficinas, de modo a proporcionar maior centralização de informações e maior eficácia ao projeto.

Também estão engajados professores de outras instituições de ensino superior, igualmente vinculados ao NETPDH, e docentes de outras áreas – que não do Direito – do campus da UNESP de Franca. Tais docentes, em geral, estão vinculados ao Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional (DECSPI), agregando importantes construções teóricas acerca de Educação, Pedagogia, Filosofia, Ciências Sociais e Antropologia às proposições dos membros do referido Núcleo.

Por fim, cumpre destacar que o projeto – além dos significativos recursos humanos já descritos acima – conta com a possibilidade de obtenção de recursos materiais necessários à realização das oficinas através da própria faculdade, haja vista seu cadastramento junto à PROEX, além das bolsas ofertadas a duas discentes do curso de Direito, como já mencionado anteriormente.

OBJETIVO

O objetivo principal do projeto em questão é propagar uma cultura pré-violatória dos direitos humanos, de forma que os professores tornem-se difusores do conteúdo discutido nas oficinas, a fim de que haja a conscientização de todos aqueles envolvidos com o processo de educação da necessidade desse novo ambiente de socialização. Nesse sentido, um grande referencial teórico do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos é o professor espanhol David Sánchez Rubio, notadamente por sua obra “Fazendo e Desfazendo os Direitos Humanos” ([RUBIO, 2010](#)).

Rubio nos ensina que há uma notável separação entre aquilo que se diz e aquilo que se faz em matéria de direitos humanos. Isso porque a abstração é uma característica que frequentemente permeia o discurso acerca dos direitos humanos, vez que é mais interessante àqueles que detêm o poder já que assim criam meios para subjugar populações e povos lhes tornado submissos e obedientes. O reconhecimento formal dos direitos fundamentais funciona, nesse sentido, como forma de escamotear a dominação, ao mesmo tempo em que impede que os direitos deixem de ser meramente formais, para se tornarem melhorias nas condições de vida daqueles que estão à margem. Daí é que surge o discurso abstrato, geral, simplista e reduzido sobre os direitos humanos. É contra tal discurso que Rubio se levanta ao propor uma “noção mais complexa de direitos



humanos, que processual, relacional e dinamicamente se constroem a partir de práticas sociais e ações humanas que fortalecem o sujeito” ([RUBIO, 2010, p. 16](#)).

E é a partir dessa concepção de concretização prática dos direitos humanos que o projeto “Fundamentos da Cidadania para Professores Fundamentais” se propõe a discutir temas que tornem possível a emancipação dos sujeitos envolvidos, de forma a possibilitar-lhes meios para a garantia efetiva daqueles direitos que muitas vezes já se encontram positivados, mas que não se manifestam na prática.

Ainda, segundo Rubio, “não se trata de somente incrementar uma consciência e uma cultura de proteção, mas potencializar uma cultura de direitos humanos em geral, integral e que acentue a dimensão pré-violatória, a partir de onde se constrói-destrói, se articulam-desarticulam direitos humanos, porque, na realidade, somos todos nós, seres humanos nos espaços em que nos movemos, que, utilizando ou não a via jurídica, participamos nos processos de construção ou desconstrução dos direitos humanos, sejamos ou não juristas” ([RUBIO, 2010, p. 20](#)).

Como se pode perceber, o projeto tem clara intenção de promover um novo olhar acerca dos direitos humanos; um olhar que parta das relações sociais e que se pautem na efetividade e na concepção pré-violatória dos direitos humanos, em detrimento da ideia geral, abstrata e formal sobre os direitos fundamentais.

Além desse objetivo maior, o projeto é dotado de objetivos específicos, tais como: a) a emancipação dos sujeitos enquanto seres autônomos capazes de estabelecer um pensamento crítico acerca dos fenômenos sociais que os cercam; b) o alargamento das fronteiras do direito para uma prática pedagógica emancipadora; c) a construção de novos lugares de debate sobre os direitos humanos; d) a promoção do entrelaçamento entre os conhecimentos adquiridos na universidade com as dinâmicas sociais vivenciadas no ambiente escolar.

MÉTODO

O projeto “Fundamentos da Cidadania para Professores Fundamentais” busca em suas oficinas promover o diálogo junto aos professores, de forma a promover uma interação que tenha por base a intercomunicação entre os sujeitos envolvidos no processo de troca de conhecimentos. Trata-se de método que tem como base central as ideias defendidas pelo famoso pedagogo Paulo Freire, cujas obras “Pedagogia da Autonomia” e “Extensão ou Comunicação” constituem importantes aportes teóricos para o “Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos”, principalmente no que concerne à educação como prática libertadora.

Paulo Freire refuta com veemência a transferência de conhecimento. Isso porque quando ocorre mera transferência o sujeito que recebe a carga de conhecimento apenas se dá conta de que aquilo existe, mas não consegue estabelecer relações com aquilo que vive em seu dia-a-dia. Ademais, a transferência pressupõe uma invasão cultural de quem se julga “superior”, ocorrendo nesse caso uma tentativa de se alterar valores que se consideram primitivos por aqueles considerados “superiores”. O que deve nortear o trabalho de aprendizado deve ser então a dialogicidade entre dois sujeitos cognoscentes que se debruçam sobre um mesmo objeto cognoscível que buscam conhecer. Logo, não se pode simplesmente impor um conteúdo programático, de forma que desde o início do



projeto os professores foram chamados a apresentar suas sugestões e críticas aos temas estabelecidos inicialmente, afastando-se a possibilidade de uma possível invasão cultural.

Busca o projeto, portanto, a problematização do ser humano em suas relações com o mundo e com as demais pessoas, possibilitando que cada um aprofunde sua tomada de consciência acerca da realidade em que está inserido. A partir dessa tomada de consciência e da discussão que permeia os temas centrais das oficinas, propugna-se pela ação transformadora do sujeito em seu contexto social, de forma que possa lançar olhar crítico sobre as situações fáticas que lhe são apresentadas.

RESULTADOS PARCIAIS

Considerando que o projeto teve início em Janeiro de 2012 e, portanto encontra-se em fase de execução podemos descrever alguns resultados parciais. Os professores e as professoras mostram-se bem receptivos e dispostos a participar das oficinas que são realizadas. Isso se deve principalmente à forma como o projeto foi proposto: algumas reuniões foram feitas para que a temática de cada oficina fosse discutida e escolhida conjuntamente. Além disso, há sempre uma atenção especial quanto à abordagem que é realizada durante as oficinas, visando sempre o diálogo e a construção conjunta de argumentos desmistificadores do senso comum, pois de maneira alguma existe a tentativa de impor um tipo de conhecimento como verdade universal. Assim, o resultado tem sido positivo, no sentido de que apreendido de forma contundente. Com essa perspectiva, professores e professoras estão aprimorando os conhecimentos nas áreas temáticas correlacionadas (direitos civis e políticos, combate ao racismo, homofobia, machismo; questões ligadas à liberdade religiosa e por fim algumas questões da escola como ocorrência de bullying), com os chamados Direitos Humanos e aumentando as suas habilidades para difundir esse conhecimento e, principalmente, essa prática no âmbito escolar.

As oficinas têm propiciado um espaço de desenvolvimento da crítica sobre a realidade cotidiana de violações dos direitos humanos e, principalmente, de reflexão sobre as posturas adotadas dentro da sala de aula criando uma percepção sobre os alunos enquanto pessoas humanas portadoras de direitos e deveres. Ainda podemos dizer que há um reflexo na maneira de cada um se inserir na cotidianidade, passando a conceber a necessidade de construir os direitos humanos nas práticas mais rotineiras do seu dia-a-dia. Alcançando assim, um dos objetivos mais relevantes do projeto que é criar uma postura pré-violatória dos Direitos Humanos.

Um fato encorajador, que em certa medida comprova que as atividades têm sido bem proveitosas, é que já está ocorrendo na escola um movimento para que os conhecimentos trocados sejam postos em prática. Ocorre que alguns professores, duas professoras especificamente, estão montando uma atividade que terá duração de duas semanas percorrendo sobre os temas de direitos humanos. Essa atividade será incluída no cronograma de aulas. Os temas tratados estão bem próximos dos temas que tratamos e que trataremos com os professores e professoras.

Além disso, há resultados importantes para aqueles discentes que participam do projeto, uma vez que se torna possível o confronto entre os estudos teóricos e a prática cotidiana de direitos humanos, fazendo com que haja um redimensionamento da concepção dos Direitos Humanos. Ainda, estar em contato com uma realidade tão diversa



e não só em contato, mas se inserindo nessa realidade de forma ativa, modifica sensivelmente as reflexões sobre o âmbito-jurídico-normativo. Abrindo espaço para a concepção de que não se pode apenas tutelar direitos humanos violados, mas antes e também adotar medidas pré-violatórias.

Da mesma maneira podemos trazer como resultado parcial uma aproximação da comunidade acadêmica, que usualmente fica restrita aos muros da universidade, com a população da cidade. Essa aproximação tem se demonstrado eficaz na construção da cidadania.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se dizer que ficam claras as intenções e meios pelos quais o projeto se realiza. A importância depositada na construção de uma prática que tem como base a teoria e uma teoria que tem como base a prática. Dinamicamente se interferem áreas e modos de conhecer, na busca por essa sociedade mais igualitária e justa, em que os sujeitos possam se reconhecer como sujeitos dignos de humanidade.

Partir de uma perspectiva como essa, tem enriquecido bastante as atuações, pois não é a universidade que leva o conhecimento pronto, mas sim uma troca de saberes em que cada uma das partes envolvidas é capaz de se reconhecer no processo.

A partir de cada indivíduo considerado em sua subjetividade é que esse projeto pode ter êxito, praticando dessa forma o que pretende difundir: uma prática em que os direitos humanos não são violados em nenhuma instância. Criando esse ambiente em que cada vicissitude de nosso cotidiano possa vir à tona, para que ser analisada, e, a partir, dessa reflexão transforme as maneiras de se estar no mundo, no sentido criar tolerância e respeito com o próximo. Consolidando assim uma atitude nos sujeitos que é pré-violatória dos direitos humanos.

Em suma, o projeto faz-se fazendo. Pois, esta é única possibilidade de diálogo verdadeiro com as particularidades e obstáculos encontrados durante o processo. Cada ser humano tem o direito de ser reconhecido como tal e o dever de reconhecer o outro como ser único, e é desse ponto em que o projeto parte para o mundo. Nas palavras Joaquín Herrera Flores:

Pensar de outro modo só é concebível, portanto, como a reação cultural mais importante que podemos levar a cabo. Nisso consiste isto que podemos chamar de processo de humanização do humano. Não no que se refere à imposição universal aceitável por todos, mas na potencialização de nossa capacidade cultural de criatividade e de postulação de alternativas ao existente. (FLORES, 2011, p. 22)

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, I. A. Discriminação racial e sistema de justiça no Brasil. **Marcadores sociais da diferença e repressão penal**. Franca, SP, n.1, p. 197-212, 2011.

[FLORES, J. H.](#) **Teoria crítica dos direitos humanos**: os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2009.



FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários para a prática pedagógica. São Paulo: Paz Terra, 2007.

_____. **Extensão ou comunicação?** 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1983. 93 p.

LEITE, T. S. C. A construção do gênero e a desconstrução dos sustentáculos da discriminação: uma concepção feminista pós-estruturalista para efetivação dos direitos da humana. **Marcadores sociais da diferença e repressão penal**. Franca, SP, n.1, p. 71-87, 2011.

[RUBIO, D. S.](#) **Fazendo e desfazendo direitos humanos**. Santa Cruz do Sul, Editora Edunisc, 2010.